

Ata nº 57 (cinquenta e sete)

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano dois mil e dezassete, pelas quinze horas, na Avenida Defensores de Chaves, nº 6, 6.º andar, em Lisboa, reiniciaram-se os trabalhos da Assembleia Geral Anual da PARPÚBLICA – Participações Públicas (SGPS), SA, com sede naquele local, os quais haviam sido suspensos na reunião do passado dia vinte e nove de junho, encontrando-se presentes o Vice-Presidente e a Secretária da Mesa da Assembleia Geral, Licenciados Bernardo Xavier Alabaça e Maria Luisa da Silva Rilho, respetivamente, o Presidente, o Vice-Presidente e a vogal executiva do Conselho de Administração, Professor Dr. Miguel Jorge de Campos Cruz, Dr. Carlos Manuel Durães da Conceição e Dr.ª Maria Amália Freire de Almeida, respetivamente, bem como o Fiscal Único, Grant Thornton & Associados, SROC, representada pelo ROC efetivo Dr. Carlos António Lisboa Nunes.-----

O acionista único, Estado Português, manteve-se representado pela Dr.ª Luisa Maria do Rosário Roque, nos termos do despacho n.º 456/17-SET, de 29 de junho de 2017, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro. -----

O Vice-Presidente da Mesa assumiu de novo a condução dos trabalhos, face à vacatura do cargo de Presidente, por efeito da renúncia apresentada pela titular eleita por Deliberação Unânime por Escrito de 31 de janeiro de 2017, e verificou estar representada a totalidade do capital social, pelo que considerou estarem reunidas as condições de funcionamento da Assembleia Geral, podendo esta deliberar sobre todos os assuntos para que foi regularmente convocada, nos termos da lei e dos Estatutos. -----

Declarando aberta a sessão, o Vice-Presidente da Mesa saudou todos os presentes e, uma vez que, da ordem de trabalhos previamente fixada, não havia sido discutido qualquer dos pontos na reunião do passado dia 29 de junho, procedeu de novo à sua leitura integral:

- 1.º Deliberar sobre o Relatório de Gestão, as demonstrações financeiras separadas e consolidadas e demais documentos de prestação de contas da sociedade, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016; -----
- 2.º Deliberar sobre o Relatório do Governo Societário relativo ao exercício de 2016; ----
- 3.º Deliberar sobre a proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2016; -----
- 4.º Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade; -----
- 5.º Deliberar sobre a Declaração relativa à Política de Remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização; -----
- 6.º Deliberar sobre a eleição do Presidente da Mesa da Assembleia Geral para completar o atual mandato 2017-2019; -----
- 7.º Deliberar sobre a eleição dos restantes membros do Conselho de Administração para o triénio 2017-2019; -----
- 8.º Deliberar sobre as orientações estratégicas para o triénio 2017-2019.” -----

Relativamente ao **primeiro ponto da ordem de trabalhos**, foi dada a palavra ao Presidente do Conselho de Administração, o qual declarou que iria permitir-se ser sintético na sua exposição, na medida em que todos os documentos relativos às contas anuais, Relatório de Gestão, Demonstrações Financeiras, Certificações Legais, Relatórios do Auditor Externo e Relatório de Atividades da Comissão de Auditoria eram do conhecimento de todos e refletem com exatidão o que sucedeu durante o exercício.- Assim, e enquanto de uma forma genérica se pode considerar que os resultados foram muito satisfatórios, realçou, em termos da atividade desenvolvida e para além do cumprimento de todas as obrigações contratuais, os seguintes aspetos: -----

- Monitorização do acordo entre a Sociedade Portuguesa de Empreendimentos (SPE) e a ENDIAMA, no âmbito do qual a SPE alienou a participação que detinha na Sociedade Mineira do Lucapa, pela quantia global de USD 130 milhões, com a obtenção de um lucro que permitiu uma significativa distribuição de dividendos aos acionistas; -----
- Apoio ao Estado na liquidação de sociedades POLIS, em cujo âmbito foi concluída a liquidação da Setúbal Polis e eleita a Parpública para presidir à Comissão Liquidatária das sociedades Costa Polis e Covilhã Polis; -----
- A alienação ao Estado de 49% do capital da Parcaixa, pelo preço de 499 ME; --

ACTAS

- Reconfiguração da estrutura acionista da TAP, processo no âmbito do qual a Parpública foi chamada a subscrever uma parcela de 30 M€ de um empréstimo obrigacionista de 120 M€ emitido pela TAP, o qual estava anteriormente previsto ficar totalmente a cargo do acionista privado; -----
- A condução do processo de alienação, a favor da Baía do Tejo, dos terrenos onde se situa o antigo estaleiro naval da Margueira, operação que visa dar início, em articulação com a Câmara Municipal de Almada e as diversas entidades públicas responsáveis pelo ordenamento do território, à concretização de um projeto com potencial para se afirmar como estrutural para o desenvolvimento da região. -----

Em termos do desempenho económico-financeiro, entendeu ser de salientar: -----

- A redução dos resultados de 2016 em comparação com 2015, quer nas contas consolidadas quer nas individuais, derivado de estes últimos se encontrarem influenciados pelo efeito da alienação da maioria do capital da TAP; -----
- Os resultados superaram o que estava orçamentado. Efetivamente, o orçamento da Parpública previa uma receita de 118,3 M€ e uma despesa de 438,6 M€, essencialmente determinada pelo serviço da dívida. Em termos de execução real, a receita foi superior, sendo que o que fundamenta a diferença é o desvio positivo nos dividendos recebidos, enquanto no lado da despesa deriva essencialmente da não realização do previsto aumento de capital da Baía do Tejo, no valor de 3,2 M€; -----
- As necessidades de financiamento foram satisfeitas pelo acionista Estado, a título de realização de capital subscrito e ainda não realizado, no montante de 290,3 M€ (do capital subscrito ficou assim por realizar o montante de 387,5 M€); -----
- O ativo total da empresa ascendeu a 8.200 M€, com um aumento dos capitais próprios que passaram a representar 46,67% do financiamento dos ativos, por comparação com 2015 em que representavam cerca de 43,35%; -----
- A amortização de dívida foi muito significativa, tendo ascendido a mais de 190 M€; -----
- Os dividendos recebidos aumentaram cerca de 40,6% face a 2015 e contribuíram para os 94,3 M€ de resultados líquidos. -----

Quanto às perspetivas para 2017, referiu que há um conjunto de objetivos que se mantêm, tais como a redução da dívida e o reforço do acompanhamento das participadas do Grupo, merecendo ainda especial destaque as seguintes operações: -----

- O reembolso integral do empréstimo obrigacionista da GALP que se vence a 28 de setembro próximo; -----
- A liquidação da SPE e a distribuição dos resultados finais pelos acionistas; -----
- A integração da Ambisider na Baía do Tejo, o acompanhamento da atividade relativamente às questões de redução dos passivos ambientais, bem como a concretização da operação Margueira processo que passa pela desafetação deste território do domínio público hídrico; -----
- A conclusão do processo de reconfiguração acionista da TAP, o que entretanto já ocorreu, com a Parpública a voltar a ficar com uma participação relevante (50%) no capital da TAP, lembrando que as ações foram valorizadas ao mesmo valor do estabelecido para a privatização; -----
- Implementação do Centro de Conhecimento e Competências para as Empresas públicas, na sequência do estabelecido no artigo 43.º do Decreto-Lei de Execução Orçamental de 2017 que comete à Parpública a emissão de parecer prévio à decisão de contratar, por parte das empresas do setor empresarial do Estado, a aquisição de serviços cujo objeto sejam estudos, pareceres, projetos e serviços de consultadoria; -----
- Nos termos do artigo 107.º da Lei do OE 2017, a dívida do Estado para com a Parpública poderá ser extinta em contrapartida da assunção de passivos da Parpública, esperando-se que até ao final do ano aquela dívida esteja parcialmente regularizada; -----
- O processo de transformação digital, o qual se traduz na implantação de um conjunto de infraestruturas e de sistemas, numa lógica de serviços partilhados com outras empresas do Grupo. -----

O Presidente do CA, agradeceu o permanente apoio do ROC, e terminou a sua exposição assinalando o bom desempenho da empresa num período em que ele próprio não estava em funções, pois efetivamente só foi eleito para o cargo em fevereiro de 2017, tendo estas palavras merecido o devido agradecimento por parte do Vice-Presidente do CA, em nome de todos os colaboradores. -----

ACTAS

O Vice-Presidente da Mesa igualmente agradeceu a exposição e passou a palavra ao representante do ROC, o qual referiu que acompanhou a atividade da empresa e emitiu a documentação legalmente exigível, agradecendo todo o apoio recebido por parte do Conselho de Administração. -----

Dada a palavra ao representante do acionista Estado, foi votada favoravelmente a aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, incluindo o relatório de gestão, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, atentas, em ambos os casos, as ênfases expressas nas Certificações Legais das Contas emitidas. - Quanto ao **segundo ponto da ordem de trabalhos**, a representante do acionista Estado votou favoravelmente a aprovação do Relatório do Governo Societário da Parpública-Participações Públicas (SGPS), SA, relativo ao exercício de 2016, atentas as conclusões do relatório de análise n.º 171/2017, da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM), dando parecer favorável à sua aprovação. -----

No que respeita ao **terceiro ponto da ordem de trabalhos**, a representante do acionista Estado votou favoravelmente a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração, no sentido de o resultado líquido apurado no exercício de 2016, no montante de 94.275.575,51 € (noventa e quatro milhões duzentos e setenta e cinco mil quinhentos e setenta e cinco euros e cinquenta e um cêntimo), ser transferido para a conta de resultados transitados. -----

Relativamente ao **ponto quatro da agenda**, a representante do acionista Estado propôs e aprovou um voto de confiança no Conselho de Administração, e em cada um dos seus membros, bem como no Revisor Oficial de Contas. -----

No que concerne ao **quinto ponto da ordem de trabalhos**, a representante do acionista Estado votou favoravelmente a aprovação da “Declaração do Conselho de Administração sobre Política de Remuneração dos membros dos órgãos sociais da Parpública-Participações Públicas (SGPS), SA”, nos termos do disposto no artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho. -----

Antes de se entrar no **ponto seis da ordem de trabalhos**, a representante do acionista solicitou a palavra para propor e votar favoravelmente o encerramento dos trabalhos da Assembleia Geral, devendo as matérias que integram os demais pontos da ordem de



trabalhos ser objeto de deliberação em momento subsequente, ao abrigo do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais. -----

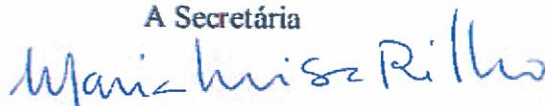
Considerando aprovada esta proposta, o Vice-Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião, às dezasseis horas e trinta minutos, dela se lavrando a presente ata que vai ser assinada pelo Vice-Presidente e pela Secretária da Mesa da Assembleia Geral. -----

O Vice-Presidente



Bernardo Xavier Alabaça

A Secretária



Maria Luisa Rilho